


Disputas e concepções de sociologia no campo educacional brasileiro: Fernando Azevedo e Alceu Amoroso Lima

Amurabi Oliveira
Marcelo Pinheiro Cigales
Ana Martina Baron Engerhoff

Amurabi Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC


E-mail: amurabi_cs@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7856-1196>

Marcelo Pinheiro Cigales

Universidade de Brasília, UNB


E-mail: marcelo.cigales@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-4320-5941>

Ana Martina Baron Engerhoff

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC

E-mail: anamaron@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-3957-0428>

Recebido em: 11/03/2020

Aprovado em: 28/09/2020

Resumo

Tendo em vista que, no início do século XX, a Sociologia no Brasil foi suscitada como uma disciplina modernizadora dos currículos escolares e apropriada por diferentes grupos políticos e ideológicos, neste artigo, enfocamos os embates que ocorriam entre católicos e liberais no campo educacional. Para tanto, analisamos os manuais produzidos por Fernando de Azevedo (1894-1974) e Alceu Amoroso Lima (1893-1983), de modo a captar as suas distintas concepções de Sociologia e como elas refletiram as tensões e disputas em torno do próprio sentido de formação de professores. Dessa forma, podemos perceber que os esforços empreendidos por estes intelectuais produziram significados distintos de Sociologia como ferramenta de compreensão do mundo social, ao mesmo tempo em que contribuíram, em maior ou menor grau, para a maior autonomia do campo educacional e universitário brasileiro.

Palavras-chave: Manuais de Sociologia. Formação de professores. Sociologia brasileira. Campo educacional. Liberais. Católicos.



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://doi.org/10.5007/2175-795X.2021.e72122>

Abstract**Keywords:**

Sociology
Manuals. Teacher
training. Brazilian
Sociology.
Educational Field.
Liberals. Catholics.

Disputes and conceptions of Sociology in the Brazilian educational field: Fernando Azevedo and Alceu Amoroso Lima

Bearing in mind that at the beginning of the 20th century, sociology in Brazil was raised as a modernizing discipline for school curricula, appropriated by different political and ideological groups, in this article we focus on the clashes that occurred between Catholics and Liberals in the educational field. To this end, we analyzed the manuals produced by Fernando de Azevedo (1894-1974) and Alceu Amoroso Lima (1893-1983), in order to capture their different conceptions of sociology and how they reflected the tensions and disputes around the very sense of teacher training. In this way, we can perceive the efforts undertaken by these intellectuals have produced different meanings of sociology as a tool for understanding the social world, while contributing, to a greater or lesser degree, to greater autonomy in the Brazilian educational and university field.

Résumé**Mots-clés:**

Manuels de
sociologie,
Formation des
enseignants,
Sociologie
brésilienne, Campo
Educativo,
Libéraux,
Catholiques.

Disputes et conceptions de sociologie dans le domaine éducatif brésilien : Fernando Azevedo et Alceu Amoroso Lima

considérant que, au début du Xxe siècle, la sociologie au Brésil a été soulevée comme une discipline modernisatrice des programmes scolaires et appropriée par différents groupes politiques et idéologiques, Dans cet article, nous nous concentrons sur les événements qui ont eu lieu entre catholiques et libéraux dans le domaine de l'éducation. Pour cela, nous analysons les manuels produits par Fernando de Azevedo (1894-1974) et Alceu Amoroso Lima (1893-1983), de manière à saisir ses conceptions distinctes de Sociologie et comment elles ont reflété les tensions et les disputes autour du sens même de la formation des enseignants. De cette façon, nous pouvons réaliser que les efforts entrepris par ces intellectuels ont produit des significations distinctes de sociologie comme outil de compréhension du monde social, tout en contribuant, à un degré plus ou moins élevé, pour la plus grande autonomie du domaine éducatif et universitaire brésilien..

Introdução

A Sociologia institucionalizou-se como disciplina científica ao final do século XIX. Alguns de seus marcos significativos são as primeiras cátedras na Universidade de Bordeaux, em 1887, por Émile Durkheim (1858-1917), e no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, em 1892. Destacam-se ainda outras experiências menos conhecidas, como a criação do curso de Sociologia na Universidade de Bogotá, em 1882 (TRINDADE, 2018), ou ainda a presença da Sociologia em cátedras da Educação Secundária brasileira no final do século XIX (OLIVEIRA, 2013).

Ainda que tenha uma trajetória recente, se comparada a outras áreas de tradição milenar, como a Filosofia e a Matemática, a Sociologia difundiu-se rapidamente por diversos países, alcançado distintos graus de institucionalidade. No caso brasileiro, é possível afirmar que as ideias sociológicas circularam intensamente entre as elites intelectuais, principalmente nas Faculdades de Direito (CÂNDIDO, 2006), antes mesmo da criação das primeiras cátedras disciplinares. Também é ponto pacífico que, entre nós, o movimento de institucionalização da sociologia iniciou-se pelas cátedras criadas em instituições de Educação Secundária (MICELI, 1989), principalmente junto às Escolas Normais e aos cursos complementares,¹ que possuíam um caráter preparatório para os estudos universitários (MEUCCI, 2011).

A forma como ocorreu a introdução da Sociologia nos currículos escolares implicou uma vinculação entre o ensino da disciplina e a preparação das elites culturais brasileiras, considerando-se principalmente a seletividade e a exclusão existentes no sistema escolar brasileiro na primeira metade do século XX. No que tange de forma mais específica à presença da Sociologia nas Escolas Normais,² é importante considerar que estas eram as principais instituições de formação de professores no Brasil neste período, de tal modo que a introdução dessa disciplina ocorreu num período de intensos embates acerca da educação brasileira e das mudanças que seriam necessárias neste campo.

Nesse período, a Sociologia representava um signo da modernização dos currículos escolares, em meio aos embates que ocorriam entre católicos e liberais no campo educacional (CURY, 1988). Nessa direção, os manuais didáticos representaram um dos principais espaços de rotinização do conhecimento sociológico, bem como um *locus* privilegiado de disputas em torno de determinada concepção de sociedade. Disputar os sentidos da Sociologia significava também disputar as concepções de mundo e as possibilidades de replicá-las por meio da instituição escolar. Este movimento tornava-se ainda mais evidente no âmbito dos cursos de formação de professores, uma vez que havia a compreensão de que era necessário um novo modelo de docente, para uma nova sociedade (NAGLE, 1974).

Considerando tais aspectos, neste trabalho, propomo-nos a examinar alguns dos principais manuais de Sociologia Educacional produzidos no período entre as décadas de 1920 e 1940, quando tais disputas evidenciaram-se de forma mais contundente. Para tanto, elegemos os manuais produzidos por Alceu

Amoroso Lima (1893-1983) e Fernando de Azevedo (1894-1974), a fim de captar as distintas concepções de sociologia presentes nestes trabalhos e o modo como refletiam as tensões e disputas em torno do próprio sentido de formação de professores naquele momento.

O campo educacional e as Ciências Sociais no Brasil

Certamente, é bastante difícil precisar o marco fundador de um campo, todavia podemos apontar que, para a educação brasileira, a década de 1930 possui um peso bastante significativo, e até mesmo decisivo na constituição desse espaço social. Uma das iniciativas fundamentais nesse campo foi a criação do então chamado Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, por meio do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Apenas em 1953 o Ministério da Saúde passou a gozar de autonomia administrativa; e entre 1953 e 1985, foi denominado de Ministério da Educação e Cultura, depois transformado em duas pastas autônomas. Esse percalço caudaloso junto ao Estado demonstra, por si só, a dificuldade de delimitar um espaço institucional para a educação no Brasil ao longo do século XX.

A década de 1930, ou mais especificamente o período entre as décadas de 1920 e 1940, de maneira mais ampla, foi marcada por inúmeras reformas educacionais, que ocorreram inicialmente no âmbito dos Estados, refletindo o espírito político da República Velha. No bojo das transformações políticas brasileiras, em plena crise do pacto oligárquico, passaram a ser concebidas reformas educacionais mais profundas, de caráter nacional, daí a relevância do advento de um Ministério da Educação. Para tanto, foi escolhido como o primeiro responsável pela nova pasta alguém que já estava engajado com as reformas educacionais em seu Estado: o mineiro Francisco Campos (1891-1968).

Nessa mesma década, também ocorreu a publicação do chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).³ Embora aparentem ser dois fenômenos singulares, é importante lembrar que o Manifesto é a resposta de um grupo de intelectuais liberais às demandas solicitadas por Getúlio Vargas (1882-1954) e o próprio Francisco Campos à Associação Brasileira de Educação (ABE),⁴ para que fosse redigido um documento que servisse de base para o delineamento das políticas educacionais nacionais. Isso não quer dizer que não havia outras concepções de política educacional em disputa, muito pelo contrário: neste período, ganhava relevo a disputa entre intelectuais liberais e católicos (CURY, 1988), ainda que houvesse também outras concepções disputando espaço.

Esses dois fatos também marcam a gênese do diálogo entre as Ciências Sociais e a Educação no Brasil. Mas, antes de desenvolver este argumento, é importante ponderar que: quando nos referimos às Ciências Sociais, partimos necessariamente da compreensão contemporânea que delas temos no Brasil, ou seja, de uma definição que as delimita à Antropologia, à Ciência Política e à Sociologia, porém a compreensão que havia naquele momento era bem mais larga, incluindo a Economia, a Psicologia, a

História, etc. Portanto, ainda que incorram em certo anacronismo, o leitor deve ter em mente tais considerações.

Voltando à questão das reformas educacionais, como havíamos indicado, naquele mesmo período, inúmeras outras reformas estavam sendo realizadas nos Estados brasileiros, que visavam, em sua maioria, instituir um processo de modernização dos currículos escolares, com especial atenção aos cursos de formação de professores nas chamadas Escolas Normais. Em muitos casos, aqueles que estavam à frente de tais reformas mantinham um intenso diálogo com o campo das Ciências Sociais, desde aqueles que possuíam formação acadêmica regular nesse campo, até os que realizavam leituras de diversos autores e se engajavam na difusão de tais ciências.

Durante as aludidas reformas, amiúde, a Sociologia ingressou como uma nova disciplina, capaz de dar “realismo sociológico” ao ensino secundário, bem como aos cursos superiores (MEUCCI, 2011).⁵ E, como os cursos de Ciências Sociais foram criados em período imediatamente posterior,⁶ os primeiros professores catedráticos dessas disciplinas, via de regra, foram autodidatas neste campo.⁷ Outras disciplinas também ganharam espaço nesse momento, como a Psicologia, a Didática etc., que visavam à mesma coisa: modernizar e trazer características científicas para o currículo.

É interessante perceber, portanto, que o próprio processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil relaciona-se diretamente com as mudanças vivenciadas no campo educacional, tanto na hoje denominada Educação Básica quanto no Ensino Superior. Podemos argumentar, por conseguinte, que a delimitação mais autônoma destas ciências se deu *a posteriori*, pois, naquele momento, não era possível distinguir as Ciências Sociais fora do campo educacional. Seguindo o argumento de Bourdieu (2004b) acerca da dinâmica dos campos científicos, segundo o qual a maior autonomia de um campo pode ser mensurada pela sua capacidade de refratar as influências externas, podemos afirmar que, até então, as Ciências Sociais possuíam um baixo grau de autonomia. Ainda que Miceli (1989) argumente que, em São Paulo, havia maior autonomia em relação ao Rio de Janeiro, considerando a maior distância com relação ao campo político, isso não quer dizer que a autonomia em relação ao campo educacional se dava nos mesmos termos. Apenas nas décadas seguintes, com as primeiras gerações de cientistas sociais profissionais e o desenvolvimento de pesquisas de maior envergadura, que passaram a ocorrer entre as décadas de 1940 e 1950, intensificando-se ao final da década de 1960, é que podemos observar maior autonomia por parte das Ciências Sociais em relação ao campo educacional.

A Sociologia ganhou especial espaço junto às Escolas Normais, local privilegiado para a circulação de determinados autores, ideias e, por consequência, de disputas em torno das distintas concepções de Sociologia e de sociedade. Como bem indica Nogueira (2011), ao passo que, na França, houve um significativo hiato entre a primeira e a segunda edição da obra póstuma *Educação e Sociologia* (1922), de

Émile Durkheim (1858-1917), no Brasil, houve várias reedições no mesmo período, o que aponta para a dinamicidade que esse debate alcançou no País, de forma mais específica nas Escolas Normais.

Nesse mesmo período, o livro *Sociologia Educacional*, obra de clara influência durkheimiana, publicada originalmente em 1940 por Fernando Azevedo (1894-1974), também ganhou um significativo espaço nessas instituições. Interessante perceber que o autor foi um dos primeiros catedráticos de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), de modo que fica clara a dificuldade de pensar em uma divisão definida e estanque entre especialistas em Educação e em Ciências Sociais no período.

Fernando Azevedo também teve centralidade em outro marco relevante para a delimitação do campo educacional: a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Apesar de o Manifesto possuir inúmeros signatários, tornou-se consensual entre os pesquisadores que Azevedo fora seu principal redator, ao passo que Anísio Teixeira (1900-1971) se incumbira da articulação entre os intelectuais envolvidos no projeto (XAVIER, 2002).

Outro espaço importante de circulação de categorias sociológicas se deu por meio da criação dos cursos de Didática, uma vez que a Faculdade Nacional de Filosofia instituiu o modelo de formação que se disseminaria pelo país entre as décadas de 1930 e 1940. Os cursos de formação de professores de nível superior passaram a ser ofertados como bacharelados, inclusive o de Pedagogia, portanto aquele que almejasse atuar no Ensino Primário ou Secundário deveria realizar o curso de Didática, formado pelas disciplinas de Fundamentos Sociológicos da Educação, Fundamentos Biológicos da Educação, Psicologia Educacional Aplicada, Administração Escolar e Educação Comparada, Didática Geral e Didática Específica.

Alceu Amoroso Lima, que fora um dos principais intelectuais católicos desse período, também se engajou na escrita de manuais de Sociologia, além de ter ocupado posições-chave na política educacional brasileira, com destaque para o cargo de reitor na Universidade do Distrito Federal entre 1937 e 1938, instituição na qual também assumiu a cátedra de Sociologia.⁸

Observa-se com isso uma forte imbricação das Ciências Sociais, especialmente a Sociologia, com a formação de professores. Não à toa, em 1942, quando a chamada Reforma Capanema retirou a Sociologia do currículo dos cursos complementares do Ensino Secundário, a disciplina foi mantida nas Escolas Normais, o que aponta para o papel fundamental atribuído a esse componente curricular na formação docente.

No campo educacional, ao longo das décadas seguintes, passaram a ser criadas outras estruturas que até então inexistiam, tais como: o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), em 1937; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 1951; e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), em 1955.⁹ Este último tinha uma finalidade muito específica, a de realizar pesquisas que pudessem lastrear as políticas educacionais, gravitando em torno dele importantes cientistas

sociais da época, uma vez que nele se estruturava uma proposta arrojada de articular as Ciências Sociais com a Educação (SILVA, 2002; BOMENY, 2003).

Além do CBPE, na década de 1950, também foi criado o Centro Latino Americano de Ciências Sociais, posteriormente extinto. Essas iniciativas demonstram a tentativa de institucionalização da pesquisa em Ciências Sociais fora do espaço estritamente universitário, uma vez que a pesquisa, naquele momento, não ocorria apenas no interior das universidades, ainda que, em casos específicos, houvesse algumas experiências em curso na pós-graduação, como no caso da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, além de algumas universidades¹⁰ já atribuírem títulos de mestre e doutor em Ciências Sociais.

A tese aqui defendida é que os campos da Educação e das Ciências Sociais ainda não haviam atingido sua autonomia, de modo que é pouco provável que se possa realizar um recorte específico acerca das posições que os agentes ocupavam em campos específicos, como o da Educação, ainda que este fosse um processo em curso à época. Mesmo dentro das Ciências Sociais, o processo de delimitação e de divisão disciplinar ainda não estava determinado durante o período compreendido entre as décadas de 1930 a 1960.

Fernando de Azevedo e a Sociologia Universitária

Esta seção visa compreender as bases teóricas da Sociologia utilizadas por Fernando de Azevedo e Alceu Amoroso Lima, que influenciaram o desenvolvimento e a institucionalização da Sociologia Educacional no Brasil. Por meio da análise das obras selecionadas, a saber, *Preparação à Sociologia* (1942), de Alceu Amoroso Lima, e *Sociologia Educacional* (1940), de Fernando de Azevedo, identificam-se visões opostas sobre o conhecimento sociológico, uma vez que os autores partem de escolas sociológicas distintas, embora ambas de tradição francesa: Amoroso Lima volta-se à escola histórico-cultural e às Ciências Sociais de Le Play, enquanto Fernando de Azevedo busca base na escola sociológica de Durkheim.

Nesse sentido, partimos da análise biográfica e social dos autores destacados, que, como afirmado anteriormente, são representantes de grupos opostos, que passaram a disputar a imposição de ideias sobre as diretrizes educacionais a partir da década de 1930. Compreendemos que a apreensão das ideias destes autores, presentes em suas obras didáticas de Sociologia Educacional, passa pela necessária reconstituição de suas trajetórias, uma vez que, seguindo a trilha de Bourdieu (2002), elas permitem evidenciar a série de posições ocupadas pelos sujeitos em determinados espaços sociais. Dessa maneira, enfatizamos que suas biografias foram marcadas por uma série de iniciativas educacionais, que se vinculavam aos campos político, religioso e acadêmico, permitindo que suas trajetórias evidenciem uma análise mais apurada dos fluxos entre o desenvolvimento da Sociologia e a constituição do campo educacional brasileiro.¹¹

Fernando de Azevedo nasceu em 2 de abril de 1894, na cidade de São Gonçalo de Sapucaí, MG, e faleceu na cidade de São Paulo, em 18 de setembro de 1974. Descendente de famílias tradicionais e

abastadas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, Azevedo também firmou fortes laços na cidade de São Paulo, especialmente em razão de suas núpcias com Elisa Assunção do Amarante Cruz (1895-1979). Assim, pôde circular na Região Sudeste e ocupar diversos espaços, fosse no magistério, nos cargos públicos ou nas associações científicas, participando de projetos educacionais pioneiros no País.

Ainda que contestável a categoria de “primo pobre”,¹² a ele atribuída por Miceli (1979), como bem o faz Nascimento (2012), é possível perceber como sua trajetória pessoal e social lhe permitiu participar de diferentes projetos educacionais no País, ao mesmo tempo em que lhe causava tensões com as elites dirigentes. Ao longo de sua trajetória, Azevedo atuou no magistério, na cidade de Itu, SP, depois de longo período no noviciado. Ingressou na faculdade de Direito no Rio de Janeiro em 1914, retornando posteriormente para Minas Gerais, onde exerceu o magistério na escola ginásial, nas cadeiras de Psicologia e Latim. Concluiu a faculdade de Direito em São Paulo (em 1918), ocupando outras cadeiras no ensino ginásial e na Escola Normal paulista, além de exercer atividade jornalística. A aproximação com o amigo e proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho (1892-1969), fez com que Azevedo tivesse o primeiro contato com a Sociologia de Émile Durkheim, o que lhe deu suporte para diagnosticar os desequilíbrios da sociedade e encarar de outra maneira as questões educacionais (QUEIROZ, 1994).

A par disso, Azevedo ocupou diversos cargos públicos envolvendo a atividade educativa, como o de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1927), período em que promoveu uma ampla reforma do ensino ginásial e normal, introduzindo as cadeiras de Sociologia e Sociologia Educacional nas Escolas Normais do Distrito Federal, reforma esta que serviu de orientação para o processo de modernização do País (QUEIROZ, 1994; NASCIMENTO, 2012). Além disso, por intermédio de Lourenço Filho, foi professor de Sociologia no Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal de São Paulo e, juntamente com outros intelectuais, como Anísio Teixeira, redigiu e assinou o Manifesto da Escola Nova (em 1932).

Relembramos ainda que, no período de 1920 a 1930, os modelos educacionais e de universidade estavam em foco, constituindo parte importante do intento modernizador do País. Dessa forma, Nascimento (2012) bem observa que esse cenário, em que a universidade se tornou sinônimo de ciência, razão e avanço, favoreceu a entrada dos intelectuais reformadores no campo cultural e político brasileiro. Assim, Fernando de Azevedo, como outros intelectuais interlocutores, pôde ser o tradutor dos novos ideários, opondo-se aos representantes da intelectualidade católica – vista como retrógrada ou conservadora.

Seguindo nessa trilha, Azevedo esteve à frente da criação da Universidade de São Paulo e da sua incorporação à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (criada em 1934), da qual foi diretor entre os anos de 1940 e 1943, ocupando as cadeiras de Sociologia e Sociologia Educacional e atuando como professor catedrático da cadeira de Sociologia II, na atual denominação (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH). Para Queiroz (1994), a criação do Departamento de Ciências Sociais na FFCL foi a

coroação de tudo o que Azevedo vinha defendendo desde os anos de 1920, uma vez que ali poderiam ser difundidas pesquisas que seriam a base objetiva para as transformações sociais urgentes em um país com tantos problemas socioculturais.

Destacamos ainda a participação de Azevedo na criação de instituições científicas de Sociologia, no Brasil e na América Latina, como a Sociedade de Sociologia de São Paulo, em 1935, entidade antecessora da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), criada em 1954, da qual foi presidente até o ano de 1960. Além disso, foi presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE) de 1937 a 1938 e manteve forte articulação com o sociólogo argentino Alfredo Poviña junto à Associação Latino-americana de Sociologia (Alas) (NASCIMENTO, 2012). Azevedo chegou a ser convidado para representar o Brasil na sessão de inauguração da Associação Internacional de Sociologia, em 1949, na cidade de Oslo, Suécia, porém não pôde comparecer à cerimônia, tendo o País ficado sem uma representação oficial¹³ (OLIVEIRA, 2019a).

No campo editorial, outro significativo *locus* de participação intelectual, Fernando de Azevedo fundou e dirigiu, em 1931, na Cia. Editora Nacional, duas importantes iniciativas editoriais: as coleções *Atualidades Pedagógicas* e *Iniciação Científica*. Essas coleções contribuíram para a difusão dos conhecimentos enciclopédicos, em voga no período, e propiciaram a circulação e sistematização dos conhecimentos sociológicos no País (MEUCCI, 2007), além de alavancarem a divulgação científica de autores nacionais e estrangeiros até então desconhecidos do grande público (NASCIMENTO, 2012). Como indica Pontes (1989), entre 1930 e 1940, muitos livros didáticos foram editados, sendo o grande filão de lucro das editoras, ao mesmo tempo em que possibilitaram ao público tomar contato com o debate político e ideológico do período. Nesse sentido, também fizeram parte dessas iniciativas a publicação do manual *Princípios de Sociologia* (1935), que compõe a Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB), além da criação da *Coleção Brasileira*, da Editora Nacional (dirigida por Azevedo de 1931 a 1946).

Desse conjunto de publicações emerge a obra aqui em destaque, *Sociologia Educacional*, publicada originalmente em 1940,¹⁴ seguindo o caráter sistematizado e enciclopédico da escola sociológica francesa. Como bem observa Cândido (1994, p. 12), o tom conferido por Azevedo ao seu livro “[...] institui uma disciplina teoricamente fundamentada, graças à leitura criadora da obra de Émile Durkheim, que foi seu inspirador nos estudos sociológicos”, afastando-se da pedagogia norte-americana, até então em voga no Brasil, mais voltada à prática e organização do ensino e da escola.¹⁵ Mais do que um livro de síntese, *Sociologia Educacional* se apresenta como obra sociológica, partindo dos problemas sociais, que, em última instância, são problemas pedagógicos. Azevedo, assim, expõe o problema da educação, umbilicalmente ligado às questões de ordem filosófica e sociológica, alcançando a vida social, política e econômica.

Sociologia Educacional, neste ínterim, foi uma obra de caráter fundacional da Sociologia no Brasil, que se destinou a contribuir para a constituição de um campo próprio à Sociologia Educacional, esforço

este reconhecido por intelectuais contemporâneos a Azevedo, como Roger Bastide (1898-1974) e Antônio Cândido (1918-2017), e em estudos posteriores, como indica Nascimento (2002). Da mesma forma, a autora aponta que este seria um dos únicos trabalhos que conseguiu propor de fato a combinação de forte base teórica com a estruturação de uma *policy science* no Brasil – ainda que esta não tenha de fato se efetivado.¹⁶

Assim, na introdução da obra, Azevedo (1957) dedica-se à discussão d’*O que é a Sociologia e o que é a Sociologia Educacional*, abrindo diálogo com diversas escolas sociológicas, mas sobretudo fundamentando-se nas ideias de Durkheim. A Sociologia Educacional, para Azevedo (1957, p. 25), seria um dos principais ramos da Sociologia, tendo como objeto o “estudo dos fatos e das instituições de educação”, o que não substitui a Sociologia em si, mas toma a realidade educacional como um aspecto da realidade social e a analisa em cotejo com outros fenômenos da vida coletiva. Em outras palavras, “A educação – fenômeno social que se produz em todos os grupos – é tratada cientificamente como uma realidade objetiva e serve de matéria a esse conjunto de análises e de pesquisas, que constituem a ‘sociologia educacional’” (AZEVEDO, 1957, p. 28).

Importante ainda mencionar o papel da Sociologia da Educação na formação de professores, tanto nas Faculdades de Educação quanto nas Escolas Normais. Azevedo (1957, p. 34-35) sustenta não sua utilidade pedagógica imediata, mas sua pertinência no alargamento das bases científicas da formação profissional, fornecendo ainda ferramentas para a investigação dos problemas e das instituições de educação. Com isso, visava-se fornecer ao professor, por intermédio da Sociologia, rigorosos métodos de pesquisa e um sentido apurado de observação e análise da realidade social.

Dessa feita, *Sociologia Educacional*, reeditada pelo menos seis vezes, contando com revisões e acréscimos ao longo das edições, está dividida originalmente em quatro partes. Na primeira, Azevedo (1957) dedica-se a compreender a educação como um fenômeno eminentemente social, apreendendo o vocabulário durkheimiano e percebendo-a em relação a outros fenômenos, conforme sugere o próprio subtítulo da obra, *Introdução aos estudos dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais*. Dessa forma, os capítulos objetivam compreender como a educação se constituiu como um fato social.

A segunda e a terceira partes são dedicadas a perceber como se constitui a escola nos processos educacionais, passando pela relação da família com a educação, pelos grupos profissionais pedagógicos, pela escola e sua rotina, até chegar aos sistemas educacionais. Interessante apontar que Azevedo considera que a educação, como um fenômeno social, é por natureza mais conservadora, pois transmite tradições. No entanto, observa o autor (AZEVEDO, 1957, p. 172) que a educação pode favorecer o progresso social ao estimular mudanças coletivas e dirigir estas mudanças como parte de uma “política social”. Dessa feita, se Azevedo, por um lado, é crítico da escola e reconhece suas limitações, por outro, também indica possibilidades de mudanças coletivas, como defendido pela Escola Nova.

A quarta parte, por fim, trata dos problemas sociais pedagógicos. Nela, Azevedo se ocupa de discutir as finalidades educativas e os processos sociais e políticos necessários para a sua efetivação, o que passa, em sua fundamentação, pela concepção de quais valores serão privilegiados neste processo, a fim de que se supere a crise educacional identificada pelo autor. Nesse sentido, Penna (2010, p. 115) indica o papel da democracia no acesso ao sistema escolar defendido por Fernando de Azevedo, para que a escola possa ser um verdadeiro fator de evolução e progresso social, e não somente de adaptação mecânica.

Essa visão da escola agregadora, pública e laica, aprumada com o Manifesto da Escola Nova, da qual Azevedo foi precursor, estava diametralmente oposta aos intelectuais católicos, encetando disputas de projetos educacionais fartamente documentados, como nos mostram Cigales (2019) e Evangelista e Lima (2008). Assim, ao nos voltarmos ao segundo intelectual destacado em nosso estudo, percebemos outra defesa dos propósitos educacionais.

Alceu Amoroso Lima e a Sociologia Católica

Alceu Amoroso Lima nasceu em 1893, na cidade do Rio de Janeiro, e faleceu em 1983 na cidade de Petrópolis, RJ. Pertencente a uma família de empresários comerciantes do ramo têxtil, foi alfabetizado em casa, como era padrão nas famílias mais abastadas, tendo como tutor João Kopke, posterior referência para a Escola Nova (ARDUINI, 2014). Chegou ainda a frequentar o Colégio Pedro II, formando-se em Direito na Faculdade do Rio de Janeiro, em 1913, além de ter passagem pela França, onde estudou na *Sorbonne* e no *College de France*.

Ainda muito jovem, atuou como crítico d'*O Jornal*, quando adotou o pseudônimo de Tristão de Athayde, nome este com que passaria a assinar suas obras. Foi nesses meios de participação na imprensa, na sua atividade de administração da fortuna de sua família e na gestão do capital social acumulado que Amoroso Lima, segundo Arduini (2014, p. 55), fez uma série de conexões com pessoas de prestígio no espaço político e religioso. Assim, com a morte prematura de Jackson de Figueiredo, um dos organizadores do movimento católico no Brasil, Amoroso Lima pôde ficar à frente do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, redirecionando o debate, até então predominantemente doutrinário-político-religioso, para o campo cultural (SKALINSKI JUNIOR, 2015, p. 35). A escolha de D. Sebastião Leme por Alceu Amoroso Lima para chefiar esses empreendimentos no lugar de Jackson de Figueiredo ocorreu, principalmente, com base no prestígio social e na rede de relações sociais que Amoroso Lima detinha naquele momento.

A partir dos anos 1930, Amoroso Lima participou de uma série de empreendimentos educacionais e culturais capitaneados pela Igreja Católica no Brasil, como forma de reconstituir o poder eclesial no campo político-cultural. Esse envolvimento beneficiou sobremaneira a trajetória de Amoroso Lima, uma vez que, em conjunto com outros intelectuais, como o padre Franca (1893-1948) e Sobral Pinto (1893-

1991), pôde organizar a criação do Instituto Católico de Estudos Superiores, que posteriormente se transformou no Instituto de Estudos Superiores, servindo, na década de 1940, como base para a criação da primeira Universidade Católica no Brasil.

Além de ficar à frente de *A Ordem*, Amoroso Lima também investiu em outros espaços do campo editorial, como em 1944, com a criação da Editora Agir, no Rio de Janeiro, da qual se tornou o editor literário (FERREIRA; LIMA, [2009]). O volume de sua obra impressiona, visto que, entre os anos de 1922 e 1945, Amoroso Lima publicou 35 obras, dentre as quais se ressaltam: *Preparação à Sociologia* (1931); *Debates Pedagógicos* (1931); e *Humanismo Pedagógico: estudos de filosofia da educação* (1944), das quais as duas últimas foram analisadas por Skalinski Junior (2015).

Percebe-se, portanto, que os projetos intelectuais e culturais em que Amoroso Lima estava envolvido no final de 1920 e no início de 1930 dirigiram-se à defesa e à propagação dos interesses católicos no campo cultural e pedagógico. Sua relação de proximidade com o ministro da Educação Gustavo Capanema (1900-1985), visível a partir de sua vasta correspondência (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000), demonstra as relações políticas e o poder de Amoroso Lima como representante dos interesses da Igreja Católica no campo educacional, ao defender as diretrizes educacionais católicas, dentre as quais a inserção e a manutenção do ensino religioso nas escolas públicas, assim como o direcionamento ideológico dos professores estrangeiros, contratados para ocuparem as cátedras das universidades criadas a partir de 1930. Dessa feita, seu posicionamento não se chocava somente com o de Fernando de Azevedo, traduzido em disputas na construção dos espaços de divulgação dessas ideias por meio da divulgação dos projetos editoriais, mas também com o dos institutos de pesquisa fundamentados na Escola Nova e voltados à formação de professores, cujo fechamento se deu por sua influência (EVANGELISTA; LIMA, 2008).

Portanto, ao analisar o livro *Preparação à Sociologia* de Alceu Amoroso Lima, escrito em 1931, observamos duas questões contextualizadoras: a inserção do autor no campo religioso, que influenciará sua perspectiva sociológica de compreensão e explicação do mundo social; e as disputas no campo educacional entre uma concepção de educação pública, laica e gratuita, apregoada pelos intelectuais renovadores, que vai de encontro aos interesses da Igreja Católica, da qual Amoroso Lima era ferrenho defensor. Assim, o livro de Sociologia por ele produzido carrega as marcas de sua trajetória em defesa dos interesses da Igreja no campo político e educacional.

Dado esse contexto, passamos à análise do livro *Preparação à Sociologia*. Nossa análise recai sobre a segunda edição, de 1942, impressa nas oficinas gráficas Siqueira e Salles Oliveira & Cia. Ltda, na cidade de São Paulo. O livro é composto por cinco capítulos, dos quais o primeiro, intitulado *Princípios Sociais*, destina-se a debater a relação entre ciência e filosofia social, a diferença entre a Sociologia determinista e a Sociologia finalista, a posição da Ciência Social no quadro geral das ciências e os postulados da Sociologia.

O segundo capítulo conceitua e problematiza a concepção de progresso (individual, social e moral). Nele, o autor apresenta a natureza, as concepções e os limites do progresso. No terceiro capítulo, discutem-se a estrutura geral da sociedade cristã e suas variáveis: o meio, o homem, a família, o grupo, o Estado e a Igreja. Neste capítulo, Amoroso Lima trata de abordar a concepção social cristã desses grupos, criticando as organizações liberais burguesas e socialistas. Apresenta concepções acerca da família cristã e de um Estado que trabalhe junto com a Igreja na manutenção da família. Para o autor, esses grupos sociais são importantes para a busca do fim social e espiritual do homem.

No quarto capítulo, são abordados os elementos sociais e discutida a harmonia entre poderes, como o poder político, o poder econômico e o poder espiritual. O poder político é representado pelo Estado, o econômico pelos sindicatos; e o espiritual, pela Igreja. Também é apresentada a crise do poder econômico, atrelada aos modelos capitalista e comunista/socialista, pois estes, segundo o autor, não reconhecem o fim do homem e o princípio da sociedade. No decorrer do livro, demonstra-se como as coisas deveriam ser, então se tem um tópico sobre a humanização da economia e os princípios sociais com que deveria ser regida. Nessa parte do livro, percebe-se um emparelhamento das ideias do autor com as Encíclicas Papais *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1891), e *Quadragesimo Anno*, de Pio XI (1931), documentos eclesiásticos que marcaram as bases sociais da Igreja no combate às teorias sociais revolucionárias, com principal atenção àquela elaborada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) sobre o fim da propriedade privada e das classes sociais.

No quinto capítulo, discute-se a questão das ‘anomalias sociais’ (termo utilizado pelo autor) e abordam-se suas espécies, tais como: as guerras e revoluções, as crises econômicas e trabalhistas, a pobreza e o pauperismo, o alcoolismo, o crime e a degenerescência. Atribui-se esses fatores às crises econômicas e morais produzidas pelos modelos econômicos do capitalismo e do comunismo. No último capítulo, Amoroso Lima aborda a ordem social, regulada pelo poder da Igreja, em conjunto com o Estado e os demais grupos sociais, como a família e os sindicatos. Para a economia, salienta uma solução que rejeita o capitalismo e o comunismo, pregando a harmonia entre as classes sociais por meio do que denominou de distributismo, uma espécie de compensação econômica das classes mais ricas em relação às mais pobres.

Com esse livro, Amoroso Lima busca, ao mesmo tempo, criticar o materialismo histórico-dialético de Marx, o evolucionismo de Comte e o funcionalismo de Durkheim. Ao caracterizá-los como pertencentes à corrente naturalista e, portanto, como arautos de maneiras incompletas de análise do social, considera sua concepção de Sociologia a *mais verdadeira*, pois levaria em conta a essência dos homens, sua imortalidade e sua finalidade no mundo, tópicos relacionados à transcendência da alma e a um mundo sobrenatural.

A Sociologia finalista, proposta por Alceu Amoroso Lima, não buscava apenas a explicação dos fatos sociais, mas também a orientação de uma vida que fosse ao encontro dos preceitos católico-cristãos.

Pretendia-se, assim, estabelecer uma nova ordem para o mundo, que se encontrava desordenado, resultado de acontecimentos políticos, culturais e sociais como a Revolução Francesa e a Revolução Inglesa. Parece-nos que a Sociologia proposta por Alceu Amoroso Lima buscou identificar esses problemas, a fim de solucioná-los por meio de uma ordem que somente a Igreja, sua moral e sua visão de mundo poderiam estabelecer, para alcançar a paz e cessar os conflitos sociais. Portanto, a Sociologia Católica possuía uma tripla missão: a) combater as ciências explicativas do mundo social concorrentes com o ponto de vista da Igreja Católica; b) explicar os problemas sociais pela ausência da ordem social cristã; e c) orientar a resolução dos conflitos sociais com base nos princípios sociais da Igreja.

Embora o livro não se debruce especificamente sobre as questões educacionais, é relevante salientar que a concepção de uma Sociologia finalista católica (CIGALES, 2019) orientou a elaboração de outros livros e manuais escolares, voltados ao ensino da Sociologia e da Sociologia Educacional no Brasil, uma vez que autores como Francisca Peeters (1935) e Amaral Fontoura (1957) produziram manuais de Sociologia para as Escolas Normais com referência a essa concepção de Sociologia proposta por Amoroso Lima.

Considerações finais

Retomando a ideia de campo de Bourdieu (2004b), é interessante perceber como uma ciência pode ser compreendida como mais ou menos autônoma, a depender da sua capacidade de refratar influências externas, de tal modo que a existência de uma Sociologia Católica na primeira metade do século XX aponta para um menor grau de autonomia no período aqui analisado. Todavia, o que nos chama a atenção é o fato de que a Sociologia Católica emergiu como uma resposta intelectual às transformações que vinham ocorrendo no próprio campo acadêmico, na tentativa de elaborar uma explicação sobre o social que competisse com a Sociologia que estava se institucionalizando no embrionário campo universitário brasileiro.

As diferentes concepções de sociologia representadas pelos trabalhos de Azevedo e Amoroso Lima apontam para os esforços elaborados pelos agentes no campo, que tinham como finalidade produzir determinada *doxa* no campo da Sociologia. Se compreendermos a *doxa* – de maneira simplificada – como aquilo com que os agentes no campo estão de acordo (BOURDIEU, 2019), podemos inferir que, no campo da Sociologia, a posição defendida por Azevedo tornou-se dominante, fazendo da Sociologia universitária sinônimo de ‘a sociologia’.

Notadamente, pesam para o resultado dessa disputa as posições de poder assumidas por cada um dos agentes: no caso, Azevedo vinculou-se à Universidade de São Paulo, que, no decorrer do século, veio a se consolidar como a principal instituição acadêmica do País e possivelmente a principal no campo da

Sociologia,¹⁷ o que também se deve aos condicionantes sociais que havia naquele momento para o desenvolvimento das Ciências Sociais em São Paulo (MICELI, 1989).

Interessa-nos, todavia, evidenciar que houve efetivamente uma disputa entre diferentes concepções de Sociologia, que circularam intensamente nos cursos de formação de professores e na Educação Secundária na primeira metade do século XX. Daros e Pereira (2015), por exemplo, destacam a forte presença da obra de Amoroso Lima numa escola católica de formação de professores em Santa Catarina, ao passo que o trabalho de Perez (2002) aponta para a forte presença dos trabalhos de Azevedo e de Durkheim em Escolas Normais.

Considerando esses elementos, podemos afirmar que havia também uma disputa em torno de diferentes concepções de formação de professores, que era transparecida por meio das distintas interpretações do social que circulavam nesses espaços. A Sociologia poderia ser compreendida, nesse contexto, considerando-se a autonomia relativa dos campos, como um dos elementos acionados pelos agentes do campo educacional na disputa por determinada visão de mundo. A Sociologia era reconhecida como elemento relevante no campo da formação docente àquele tempo, estando a disputa em torno da delimitação sobre ‘qual Sociologia’ seria legítima enquanto ferramenta heurística interpretativa do social. Como pudemos observar, o campo científico é um campo de disputas, e a produção de livros e manuais pode nos fornecer um ângulo privilegiado para compreender tal dinâmica.

Notas

¹ Essa presença no currículo escolar foi garantida pelas reformas Rocha Vaz (1925) e Francisco Campos (1931).

² A primeira cátedra de Sociologia criada numa Escola Normal ocorreu em 1928, na Escola Normal de Pernambuco, em meio às reformas promovidas por Carneiro Leão (1887-1966), tendo sido o primeiro responsável por esta disciplina Gilberto Freyre (1900-1987).

³ Não nos caberia aprofundar este debate neste trabalho, todavia, para uma melhor análise deste movimento, veja-se o trabalho de Xavier (2002).

⁴ Associação fundada no Rio de Janeiro, em 1924, por iniciativa de Heitor Lyra da Silva (1887-1926).

⁵ Nos cursos secundários, além das Escolas Normais, a Sociologia se fazia presente principalmente nos chamados ‘cursos complementares’, que davam o título de ‘bacharel em Ciências e Letras’ àqueles que o concluíam, além de habilitá-los para o ingresso no Ensino Superior.

⁶ Os primeiros cursos de Ciências Sociais foram os da Escola Livre de Sociologia e Ciência Política de São Paulo (1933), da Universidade de São Paulo (1934), da Universidade do Distrito Federal (1935), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938) e da Faculdade de Filosofia da Bahia (1941).

⁷ Uma exceção emblemática é o caso de Gilberto Freyre, que, ainda que tenha realizado mestrado em História Social na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, realizou ao menos dois cursos no Departamento de Sociologia e mais dois em Antropologia, segundo documentação consultada na Fundação Gilberto Freyre.

⁸ A partir de 1938, passou a lecionar Sociologia na Faculdade de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar e Social. A partir de 1941, passou a atuar como catedrático em literatura brasileira na Universidade do Brasil, bem como na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

⁹ Destes três, apenas o CBPE foi extinto, ainda no ano de 1977.

¹⁰ Na Universidade do Brasil, por exemplo, foram realizados cursos na área de Antropologia, cujos alunos, ao defenderem uma tese, sob a supervisão de um professor titular, poderiam receber o título de doutor. Tem-se notícia de que ao menos duas turmas foram concluídas no início da década de 1940 e de que alguns desses egressos se tornaram professores nessa área, como

Marina de Vasconcelos (1912-1973), que substituiu Arthur Ramos (1903-1949) na cátedra de Antropologia e Etnografia (OLIVEIRA, 2019b).

¹¹ Destacam-se dois trabalhos, elaborados a partir de uma abordagem relacional e do conceito de campo de Bourdieu (2004a, 2004b), sobre os intelectuais, sua vinculação com os cursos de Direito no início do século XX no Brasil e a rede de relações sociais mobilizada por alguns deles na construção e no fortalecimento de seus projetos editoriais no campo acadêmico e pedagógico. Cf.: Engeroff e Cigales (2017) e Cigales e Engeroff (2018).

¹² Categoria atribuída aos intelectuais que provinham de famílias tradicionais, mas que passaram por dificuldades econômicas na virada do Império para a República, marcados, portanto, pelo declínio social e por estigmas, estando afastados das classes dirigentes.

¹³ Nesta sessão, estava presente o antropólogo alagoano Arthur Ramos, chefe do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, que respondia por essa instituição, portanto não podia representar oficialmente seu país (OLIVEIRA, 2019a).

¹⁴ Lembremo-nos de que Fernando de Azevedo lecionou Sociologia Educacional no Instituto Pedagógico de São Paulo, ainda na década de 1930 – transformado em Instituto de Educação, do qual Azevedo foi diretor. Assim, seu manual de Sociologia Educacional é também resultado de suas reflexões no período e serviu de importante fonte bibliográfica para a disciplina na preparação de professores, tanto no ensino das Escolas Normais quanto no Ensino Superior, conforme indicam Evangelista e Lima (2008), além de alcançar forte reconhecimento no Brasil e no exterior, na mobilização da educação como um recurso modernizador e de democratização, como aponta Nascimento (2012).

¹⁵ No prefácio à segunda edição, Azevedo desafia críticas não só à escola norte-americana mas também a outras correntes, que, na visão do autor, tenderiam a confundir Sociologia aplicada à Educação com Sociologia da Educação ou Sociologia Educacional, da qual Durkheim foi o propulsor.

¹⁶ Tese esta defendida por Silva (2002).

¹⁷ Isso não significa que deixamos de reconhecer a dinâmica do campo acadêmico da Sociologia, que tem se dinamizado, principalmente, com a ampliação do número de cursos de pós-graduação fora de São Paulo. Em período mais recente, a USP deixou de ter o curso de pós-graduação em Sociologia mais bem avaliado do País, estando atrás de instituições como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de Brasília e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referências

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Os soldados de Roma contra Moscou: a atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultura brasileiro** (Rio de Janeiro: 1922-1948). 2014. 203 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3Dy18BR>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ATHAYDE, Tristão de. [Alceu Amoroso Lima]. **Preparação à Sociologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1942. Originalmente publicada em 1931.

AZEVEDO, Fernando de. **Sociologia educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957. Originalmente publicado em 1940.

BOMENY, Helena. **Os Intelectuais da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. Tradução de Glória Rodríguez, Luiz Alberto Monjardim, Maria Magalhães e Maria Carlota Gomes. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a, p. 169-180.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. São Paulo. Unesp, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2019.

CÂNDIDO, Antônio. Um reformador. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, nº 37, p. 11-17, 1994. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i37p11-17>. Disponível em: <https://bit.ly/3IKC44p>. Acesso em: 20 mar. 2021.

- CÂNDIDO, Antônio. A Sociologia no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 271-301, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100015>. Disponível em: <https://bit.ly/3rH2zLN>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- CIGALES, Marcelo; ENGERROFF, Ana Martina. Uma cartografia do capital social dos pioneiros da sociologia no Brasil: estudo sobre os manuais escolares. In: MAÇAIRA, Julia; FRAGA, Alexandre (org.). **Saberes e práticas no Ensino de Sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018, p. 70-97.
- CIGALES, Marcelo. **A Sociologia Católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares**. 2019. 303 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3dsmaqG>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez, 1988.
- DAROS, Maria das Dores; PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. A sociologia cristã e o pensamento de Alceu Amoroso Lima em um colégio católico de formação de professoras em Santa Catarina. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 15, n. 37, p. 235-267, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3EAzghx>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- ENGERROFF, Ana Martina Baron; CIGALES, Marcelo Pinheiro. A constituição da Sociologia no Brasil e o Direito: a formação dos intelectuais. **Revista Urutágua**, Maringá, v. 35, p. 80-101, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4025/revurut.vi35.36651>. Disponível em: <https://bit.ly/3Ds6777>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- EVANGELISTA, Olinda; LIMA, Silvia. **Fernando de Azevedo: sociólogo e educador**. Florianópolis: UFSC, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; LIMA, Alceu Amoroso. **Verbetes do Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3rK9m7q>. Acesso em: 28 abril 2018.
- FONTOURA, Amaral. **Sociologia Educacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1957.
- LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum**: sobre as condições do operário. Vaticano: Icar, 1891. Disponível em: <https://bit.ly/3y38Tyl>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- MEUCCI, Simone. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações**, Londrina. v. 12, n. 1, p. 31-66, 2007.
- MEUCCI, Simone. **Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1945-45)**. Coleção corpo e alma do Brasil, São Paulo: Difel, 1979.
- MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sergio. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989. vol. 1, p. 72-110.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: Pedagógica e Universitária; Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1974.
- NASCIMENTO, Alessandra Santos. **Fernando de Azevedo**. Dilemas da institucionalização da sociologia no Brasil. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2012.
- NOGUEIRA, Maria Alice. Contribuições francesas para o pensamento educacional e a formação de pesquisadores brasileiros. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 26, n. 1, p. 63-69, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3DzSHWq>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 35, n. 2, p. 179-189, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v35i2.20222>. Disponível em: <https://bit.ly/3IIDixf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

OLIVEIRA, Amurabi. Arthur Ramos (1903-1949), chefe do departamento de ciências sociais da Unesco.

Antropolítica, Rio de Janeiro, nº 47, p. 371-189, 2019a. DOI:

<https://doi.org/10.22409/antropolitica2019.0i47.a42068>. Disponível em: <https://bit.ly/3EAC9yT>. Acesso em: 20 mar. 2021.

OLIVEIRA, Amurabi. Arthur Ramos e a Rotinização da Antropologia através de seu Ensino. **Civitas**, Porto Alegre,

v. 19, n. 3, p. 659-674, 2019b. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.28480>. Disponível em:

<https://bit.ly/3II3OGV>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PEETERS, Madre Francisca. **Noções de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1935.

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

PEREZ, Cilmara Ferrari. **A formação sociológica de normalistas nas décadas de 20 e 30**. 2002. 208 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em:

<https://bit.ly/3dt4uv9>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PIO XI. **Carta Encíclica Quadragesimo Anno**: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em

conformidade com a lei evangélica no XL aniversário da Encíclica de Leão XIII “Rerum Novarum”. Vaticano: Icar,

1931. Disponível em: <https://bit.ly/3IIoqyQ>. Acesso em: 2 jan. 2019.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Fernando de Azevedo: o sociólogo. **Revista do Instituto de Estudos**

Brasileiros, São Paulo, n. 37, p. 56-69, 1994. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i37p53-69>.

Disponível em: <https://bit.ly/3pT1EFR>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**.

São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Graziella M. D. **Sociologia da sociologia da educação**: caminhos e desafios de uma policy science no

Brasil (1920-79). Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002.

SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. **Alceu Amoroso Lima e a renovação da Pedagogia Católica no Brasil (1928-**

1945): uma proposta de espírito católico e corpo secular. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

TRINDADE, Hélió. “Disciplinarização” e construção institucional da sociologia nos países fundadores e sua

reprodução na América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 47, p. 210-256, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.1590/15174522-020004707>. Disponível em: <https://bit.ly/3dw2SB4>. Acesso em: 20 mar. 2021.

XAVIER, Libânia N. **Para além do campo educacional**: um estudo sobre o Manifesto dos pioneiros da educação

nova (1932). Bragança Paulista: Edusf, 2002.